



09 DE ABRIL DE 2018 Segunda-feira

- GOVERNO PUBLICA LEI QUE INSTITUI REFIS DA MICRO E PEQUENA EMPRESA
- PROJETO REVOGA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE EM AÇÕES TRABALHISTAS
- APOSENTADO PRECOCE QUE AINDA TRABALHA PERDE ATÉ 80% DO SALÁRIO, DIZ ESTUDO
- DÍVIDA COM FISCO PODE FICAR 20% MAIS CARA
- INDÚSTRIA REAGE À TARIFA MENOR PARA IMPORTAÇÃO
- INDÚSTRIA PRESSIONA POR REGRAS MAIS BRANDAS PARA LICENÇA AMBIENTAL
- EM SALVADOR, MARCOS JORGE DESTACA AÇÕES PELA COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL
- COMBATE À IMPUNIDADE É AVANÇO, DIZEM EMPRESÁRIOS
- INVESTIR EM MEIO ÀS TURBULÊNCIAS NO BRASIL E EXTERIOR EXIGE CUIDADO
- DEMANDA POR BENS INDUSTRIAIS CAI 1,6%
- PRODUÇÃO NO SETOR TEM AVANÇO BIMESTRAL DE 15,6% EM RELAÇÃO A 2017
- RODÍZIO NO COMANDO DA ANFAVEA GERA DIVERGÊNCIA ENTRE AS MONTADORAS
- MONTADORAS JÁ RELUTARAM EM FAZER PARTE DA ANFAVEA
- BUSCA POR ESTILO DE VIDA MAIS SAUDÁVEL PRESSIONA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS NO PAÍS
- AGÊNCIA REDUZ JUROS EM LINHAS DE CRÉDITO PARA EMPRESAS
- CEO DA NORSK HYDRO DIZ QUE RELATÓRIOS AJUDARÃO EMPRESA A RETOMAR PRODUÇÃO EM ALUNORTE
- PEGADINHAS NO MERCADO PREJUDICAM RETORNO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS

- TAXA DE JUROS NESSE NÍVEL TRARÁ MUDANÇA RADICAL NO SISTEMA FINANCEIRO, DIZ ILAN
- MESMO COM QUEDA NA TAXA MÉDIA EM MARÇO, JUROS DO CARTÃO DE CRÉDITO CHEGAM A 323% AO ANO, DIZ ANEFAC
- IGP-DI DE MARÇO FICA EM 0,56%, ANTE ALTA DE 0,15% EM FEVEREIRO, REVELA FGV
- IPC-S SOBE 0,31% NA 1ª QUADRISSEMANA DE ABRIL APÓS ALTA DE 0,17% NA ANTERIOR
- SELIC NO FIM DE 2018 PERMANECE EM 6,25% AO ANO, PREVÊ FOCUS
- CÂMBIO PARA FIM DE 2018 SEGUE EM R\$ 3,30, APONTA FOCUS
- MERCADO REDUZ PROJEÇÕES PARA INFLAÇÃO E CRESCIMENTO ECONÔMICO NESTE ANO, MOSTRA FOCUS
- ARTIGO: CONSUMO CONSCIENTE CHEGA À TECNOLOGIA
- TATA STEEL ESTÁ ABERTA A ASSUMIR FATIA MAJORITÁRIA EM ALIANÇA COM THYSSENKRUPP, DIZEM FONTES
- VALLOUREC ASSINA CONTRATOS DE LONGO PRAZO COM PETROBRAS
- COM FERIADO CHINÊS, FUTUROS DO MINÉRIO E DO VERGALHÃO NÃO SÃO NEGOCIADOS
- USIMINAS AVALIA VENDA DE FÁBRICA DE TUBOS NO SUL
- CARRO 100% A ÁLCOOL GANHA EM EFICIÊNCIA, MAS ESPANTA CONSUMIDOR
- IMPORTAÇÃO DE ETANOL SEGUE FORTE
- VOLKSWAGEN AVANÇA MAIS RÁPIDO NO 1º TRIMESTRE
- VW INVESTE R\$ 20 MILHÕES EM NOVA ÁREA PARA MISTURA DE TINTAS
- ROTA 2030 VOLTA À PAUTA DAS DISCUSSÕES EM BRASÍLIA
- PREÇO MÉDIO DA GASOLINA SOBE PELA 2ª SEMANA SEGUIDA E VAI A R\$ 4,217, APONTA ANP

CÂMBIO EM 09/04/2018		
	Compra	Venda
Dólar	3,393	3,393
Euro	4,180	4,183

Fonte: BACEN

Governo publica lei que institui Refis da Micro e Pequena Empresa

09/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 9, publica a Lei Complementar 162/2018, que institui o Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN), mais conhecido como Refis da Pequena Empresa.

Inicialmente, a lei havia sido vetada integralmente pelo presidente Michel Temer, mas, na semana passada, o veto foi derrubado pelo Congresso. Com isso, micro e pequenas empresas poderão parcelar débitos tributários com condições facilitadas e descontos em multas e em encargos legais. Os interessados poderão aderir ao parcelamento em até 90 dias.

Projeto revoga prescrição intercorrente em ações trabalhistas

09/04/2018 – Fonte: Contábeis.com

Texto altera vários pontos da reforma trabalhista aprovada no ano passado pelo Congresso

O Projeto de Lei 8640/17, do deputado Marco Maia (PT-RS), em tramitação na Câmara, revoga o artigo da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, Decreto-lei [5.452/43](#)) que admite a “prescrição intercorrente” no processo do trabalhista no prazo de dois anos.

A prescrição intercorrente foi incluída na CLT pela reforma trabalhista (Lei [13.467/17](#)). Por meio dela, a ação trabalhista para reivindicação de créditos (como salários e horas extras) será extinta se o trabalhador deixar de cumprir determinação judicial, sem qualquer motivo ou justificativa, por mais de dois anos.

Antes da reforma trabalhista, a prescrição intercorrente era aceita pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) apenas em casos excepcionais. A questão, no entanto, era polêmica, pois uma súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) aceitava a sua aplicação.

Dificuldade

Para o deputado Marco Maia, a mudança prejudica o trabalhador, pois nem sempre o cumprimento de uma ordem judicial depende dele. Maia citou como exemplo a obrigação de indicar bens da empresa à penhora, a fim de garantir o pagamento dos créditos reivindicados pelo trabalhador.

“A empresa pode desaparecer, e essa hipótese não é incomum, e o trabalhador não tem meios para descobrir bens passíveis de penhora, nem em nome da empresa, tampouco em nome dos sócios”, exemplificou Maia. “Esse tipo de dispositivo beneficia apenas o empregador que frauda a execução.”

Ele critica ainda o fato de a reforma trabalhista ter possibilitado ao juiz decretar de ofício a prescrição intercorrente sem a necessidade de provocação da parte. Para ele, isso é ilegal. “A prescrição é matéria de defesa, somente pode ser arguida pela parte”, disse.

O PL 8640/17 também propõe a revogação do dispositivo incluído pela reforma trabalhista que determina que o prazo prescricional da ação se inicia na data da lesão do direito, ainda que o trabalhador esteja a serviço do empregador. Para Maia, nenhum empregado vai processar o seu empregador para evitar a prescrição do seu direito. “Se o fizer, será demitido”, disse.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

- ÍNTEGRA DA PROPOSTA:
- [PL-8640/2017](#)

Aposentado precoce que ainda trabalha perde até 80% do salário, diz estudo

09/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Previdência brasileira, que permite a mais ricos se aposentarem sem idade mínima, reduz PIB

Os salários dos profissionais brasileiros que se aposentam antes dos 65 anos e continuam trabalhando cai entre 30% e 80%, mostra estudo de Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador do Ibre (Instituto Brasileiro de Economia) da FGV, e Bruno Ottoni, também do Ibre e da plataforma IDados.

Segundo os economistas, o resultado é provavelmente explicado por mudanças de emprego ocorridas nessa transição, que acarretam uma redução da remuneração recebida por hora.



Notas e moedas de real - Folhapress

“As quedas salariais que encontramos são muito expressivas para pressupor que o indivíduo está fazendo a mesma coisa”, diz Ottoni. Essa diminuição na renda do trabalho explica uma parte substancial do impacto negativo do que os pesquisadores chamam de aposentadorias precoces sobre a economia brasileira.

Outras causas de perdas são a saída definitiva de parte dos profissionais do mercado de trabalho após a concessão do benefício —que reduzem a produção do país.

Pelos cálculos de Ottoni e Barbosa Filho, todos esses fatores somados subtraem entre 0,3% e 0,7% do PIB brasileiro. Em 2014, ano estudado pelos economistas, a perda equivalia a algo entre R\$ 17 bilhões e R\$ 40 bilhões.

Ou seja, a produção de bens e serviços do país naquele ano teria sido maior em algumas dezenas de bilhões se ninguém tivesse se aposentado antes dos 65 anos propostos como idade mínima pelo projeto de reforma da Previdência elaborado no fim de 2015, cuja tramitação está paralisada.

“Somando essa perda ano a ano, vai ficando cada vez mais relevante, e a tendência é aumentar”, afirma Ottoni.

Regras atuais

As regras atuais do sistema previdenciário brasileiro são consideradas um incentivo à aposentadoria precoce. Como não há idade mínima, quem tem acesso ao trabalho com carteira assinada se aposenta em geral apenas pelo tempo de contribuição —30 anos para mulheres e 35 anos para homens.

Isso retira do mercado de trabalho profissionais em idade produtiva. Pesquisa Datafolha que investiga os valores e hábitos das faixas etárias brasileiras mostra que são 70% os aposentados brasileiros que pararam antes dos 60 anos de idade (20% se retiraram antes dos 50).

O levantamento aponta que esses trabalhadores são, em sua maioria, qualificados. Na fatia com ensino superior, 60% se aposentaram entre os 50 e os 60 anos, e a média de idade foi de 55,2 anos.

Os brasileiros com ensino médio são os que requerem o benefício mais cedo: em média aos 51,2 anos, sendo que 38% parou antes dos 50.

Os que esperam mais tempo para pedir aposentadoria —em média, aos 57,8 anos— são os brasileiros com ensino fundamental. Entre esse grupo, 35% pediram o benefício após os 60 anos.

Uma especificidade do regime previdenciário brasileiro é a possibilidade de acumular o benefício previdenciário com renda do trabalho. Essa regra é incomum no contexto internacional, já que, em muitos países, a aposentadoria está associada à incapacidade para trabalhar.

DESIGUALDADE

O estudo de Ottoni e Barbosa Filho não tinha como objetivo identificar o destino desses brasileiros que seguem ativos, embora aposentados, mas, segundo eles, é possível que alguns desses profissionais migrem do setor formal para o informal. Isso ajudaria a explicar a significativa perda de renda que eles sofrem na transição.

O aumento da informalidade provocado pelas aposentadorias precoces tem impacto negativo sobre as contas públicas, o que também reduz o crescimento do país.

“Aumenta a informalidade, já que não faz mais sentido contribuir para a Previdência. E isso reduz a arrecadação do governo”, diz Ottoni. Outro impacto negativo da aposentadoria precoce é sobre a desigualdade de renda.

Um levantamento feito por Rogério Nagamine Costanzi e Graziela Ansiliero, do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), mostra que uma grande fatia dos brasileiros que requer o benefício antes dos 60 anos e segue trabalhando vem de estratos de renda mais altos.

Em 2014, eles identificaram que 86,3% das aposentadorias foram concedidas para pessoas com menos de 60 anos de idade.

No total, naquele ano, havia quase 1 milhão de aposentados que continuavam ocupados na faixa etária de 45 a 59 anos para homens e 45 a 54 anos para mulheres (grupos de idade selecionados de forma a excluir benefícios concedidos por idade). Entre os aposentados ocupados, 78% pertenciam ao grupo dos 30% mais ricos do país.

MUDANÇA DE INCENTIVO

Para especialistas, os efeitos negativos das aposentadorias precoces tornaram a aprovação de novas regras inevitável, mas a reforma parou. A expectativa é que a nova proposta de mudanças seja feita somente pelo próximo governo.

“A reforma da Previdência é uma questão de ajuste das contas [públicas], mas mais do que isso é fundamental para termos um país viável”, diz Vladimir Kuhl Teles, vice-diretor da Escola de Economia de São Paulo (EESP) da FGV.

Barbosa Filho ressalta que, ao aumentar a idade mínima para a aposentadoria, mais brasileiros permanecerão na ativa e, provavelmente, com salários mais altos. "Isso terá o efeito de aumentar nosso PIB per capita", diz.

Um desafio, porém, segundo a demógrafa Simone Wajnman, será a inserção dos trabalhadores mais maduros no mercado de trabalho.

"Resta saber se vai ter espaço para essa parcela da população", diz ela, que é pesquisadora do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais).

Ela diz acreditar que a recém-aprovada reforma trabalhista facilitará esse processo, pois aumentou a flexibilidade nas relações trabalhistas.

"O trabalho remoto é um exemplo. Imagine um idoso duas horas no trânsito só para chegar ao trabalho em grandes metrópoles".

Dívida com fisco pode ficar 20% mais cara

09/04/2018 – Fonte: Contábeis.com

Portaria reduzirá de 180 para 90 dias prazo para inscrição de débito na dívida ativa da União

Uma disputa entre a Receita Federal e a Procuradoria da Fazenda poderá fazer o contribuinte em dívida com o fisco ter de pagar até 20% mais para acertar suas contas. Em junho começa a valer uma portaria editada pela procuradoria que encurta os prazos para a inscrição de débitos na dívida ativa da União.

Em até 90 dias, a Receita terá de repassar o débito para a Fazenda Nacional inscrevê-lo na dívida ativa, abrindo mão da sua própria cobrança.

Atualmente, a Receita usa até 180 dias para cobrar dos devedores antes de repassá-la. O período começa a contar depois de esgotada a apelação pelo contribuinte na esfera administrativa. Ou seja, a portaria encurta o prazo de cobrança (e eventual pagamento pelo devedor) à metade.

O risco é o contribuinte ver o valor devido crescer rapidamente. Quando um débito entra na dívida ativa, o passivo cresce 10% automaticamente. Caso o devedor não pague e seja iniciada ação de execução, o percentual vai a 20%.

A portaria abriu uma guerra entre os órgãos. O setor de arrecadação da Receita diz que os procuradores querem invadir sua área de competência.

Audidores disseram à **Folha**, sob reserva, que aparentemente o intuito é aumentar o bônus dos servidores da Procuradoria da Fazenda o prêmio salarial cresce à medida que aumenta o volume de dívidas cobradas. Procurada pela reportagem, a procuradoria não se manifestou.

No dia 23, a Coordenação de Cobrança da Receita emitiu nota técnica interna, à qual a Folha teve acesso, afirmando que seu trabalho é mais eficiente do que o da Procuradoria, exemplificando falhas do órgão. Em 2017, diz a nota, a Receita retomou 51% dos ativos recuperáveis (ou seja, os créditos considerados cobráveis, sem contar a chamada "dívida podre"). Já a procuradoria, segundo o documento, recuperou só 7%.

Além disso, a nota assinada pelo coordenador Frederico Faber cita a falta de leitura de processos pelos procuradores, além de pedidos por "cálculos primários de aritmética

e de regras de três simples, em alguns casos para cálculo de honorários advocatícios". A Receita não se pronunciou sobre a nota.

POLÊMICA

A portaria da procuradoria (número 33) é alvo de polêmica, o que motivou a Advocacia-Geral da União a fazer uma audiência pública, nesta quinta (5), em São Paulo, para ouvir a opinião de contribuintes.

Um foco de resistência é o fato de permitir que o procurador consulte e bloqueie bens cadastrados de devedores sem prévia autorização judicial.

O ato está amparado em artigo, incluído na última hora na medida provisória que criou o programa de refinanciamento de dívidas previdenciárias de produtores rurais, o Funrural, no fim de 2017.

Três ações pedindo a inconstitucionalidade da lei já tramitam no Supremo: uma patrocinada pelo PSB, outra pela CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil) e a terceira pela Abad (Associação Brasileira de Atacadistas e Distribuidores).

Hélcio Honda, diretor jurídico da Fiesp (federação das indústrias de São Paulo), afirmou que a portaria dita procedimentos para uma lei que boa parte do setor privado considera inconstitucional. Assim, ele defende esperar pela decisão do Supremo.

Além disso, diz, o prazo de 90 dias é insuficiente para a cobrança do contribuinte que deixou de pagar os tributos por problemas financeiros, mas quer acertar suas contas.

Segundo ele, a portaria prevê que, ao fim desse prazo, se o devedor não pagar ou não apresentar bens como garantia ou ainda não solicitar a revisão da dívida (alegando erro), pode sofrer consequências como a suspensão de um contrato de licitação.

"Não somos lenientes com práticas evasivas [ao pagar tributos]. Mas não se pode pôr todo tipo de contribuinte no mesmo balaio", diz. "Deveria haver um tratamento diferenciado para quem quer se regularizar e para quem não quer."

Indústria reage à tarifa menor para importação

09/04/2018 – Fonte: GS Notícias/O Globo (publicado dia 07-04-2018)



Contêineres com produtos importados no Porto do Rio. - **Marco Antônio Teixeira / Agência O Globo**

A proposta da área econômica do governo de reduzir, em quatro anos, as tarifas de importação de bens de capital, informática e telecomunicações, hoje tributados em 14%, em média, para 4%, gerou protestos dos fabricantes nacionais.

Representantes das indústrias reclamaram que não foram procurados pelo Ministério da Fazenda e disseram que a abertura do mercado brasileiro para os importados vai significar o sepultamento da produção nacional.

O presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), José Veloso, disse não acreditar que a ideia seja aprovada pela Câmara de Comércio Exterior (Camex). Ele argumentou que não há consenso entre os ministérios envolvidos.

- O real apreciado já fornece subsídio à importação e se, em função da redução alfandegária, o produto estrangeiro tiver seu preço reduzido em cerca de 8,5%, a substituição de produção nacional por importada será inevitável. Não fomos chamados para discutir essa proposta. Não há estudos sobre o impacto da medida - afirmou Veloso.

Para o presidente da Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica (Abinee), Humberto Barbatto, a ideia é absurda. Ele alertou para o risco de o Brasil, ao rebaixar as tarifas, ter pouco ou nada a barganhar com os países desenvolvidos em futuras negociações.

- É um absurdo falar em redução unilateral de alíquota, quando estamos discutindo uma série de acordos comerciais - disse Barbatto.

A proposta do Ministério da Fazenda será discutida em consulta pública a ser lançada nas próximas semanas. A decisão final cabe ao conselho de ministros da Camex.

Indústria pressiona por regras mais brandas para licença ambiental

09/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

CNI tenta esvaziar atuação da União e alterar área de influência do impacto dos empreendimentos

O lobby da indústria no Congresso Nacional pressiona por alterações em pontos fundamentais do projeto de lei que pretende criar um novo sistema de licenciamento ambiental no país para diversos empreendimentos, como obras de construção civil e atividades rurais.



Plenário da Câmara durante deliberações; projeto vai à análise dos deputados federais - Adriano Machado - 21.fev.2018/Reuters

O projeto em discussão é o do deputado federal Mauro Pereira (MDB-RS), da base aliada do Planalto, e já recebeu o carimbo de urgente, podendo ser levado ao plenário a qualquer momento pelo presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

A ideia de empresários e ruralistas é emendar o projeto em plenário, em vez de debatê-lo em comissões, o que reduziria a margem de manobra da oposição.

Normalmente associadas à bancada ruralista, nesse caso as maiores pressões têm partido da CNI (Confederação Nacional da Indústria), segundo membros do Executivo e do Legislativo ouvidos pela Folha sob a condição de não ter os nomes publicados.

A reportagem teve acesso a um documento de 30 páginas da CNI e entregue a autoridades em que trechos do relatório do deputado Pereira são substituídos ou vetados.

Segundo o documento, a CNI quer esvaziar a exclusividade da União para os procedimentos de licenciamento ambiental e os estudos ambientais ao estendê-los a "entes federativos", referência a estados e municípios.

Além disso, a entidade propõe dizer que a “área de influência” dos empreendimentos é aquela que sofre os impactos diretos, enquanto historicamente os ambientalistas investigam todo o entorno de uma obra, incluindo os impactos indiretos.

“O autolicenciamento, ou cada estado fazer o seu licenciamento, é uma loucura, é você ter uma guerra fiscal do licenciamento ambiental. ‘Olha, no meu estado pode, no teu não pode. Então vem fazer a obra aqui no meu estado’”, disse o deputado Ricardo Tripoli (PSDB-SP).

O deputado foi um dos relatores do projeto e, em 2017, chegou a motivar um acordo entre os vários setores. Mas depois a negociação naufragou, segundo Tripoli, porque a Casa Civil tentou incluir pontos de interesse das áreas de mineração e transporte.

“Flexibilizar nós não vamos aceitar, não dá. Você não pode abrir mão de conceitos que até mesmo constam da Constituição”, disse Tripoli.

Ele afirmou que a CNI, a princípio, apoiou o seu projeto, mas depois ele constatou que “tem, sim, uma pressão dos setores produtivos no sentido de que [o relatório final] seja flexibilizado”.

Segundo Pereira, a “CNI tem muita responsabilidade”. “Eu tive a oportunidade de conviver com eles nesse ano e meio. Eles não querem nada que seja anormal.”

“Tudo o que nós estamos fazendo é com a Frente Parlamentar da Agropecuária, com a CNI, com o pessoal da construção civil, todos os setores produtivos, técnicos. Todas as pessoas que ajudaram a construir esse relatório não são financeiros, não são engenheiros, arquitetos, são pessoas que têm uma experiência muito grande na área ambiental dessas entidades, disse o autor do projeto.

O parlamentar admitiu que seu relatório deverá ser alterado no plenário da Câmara. “Não existe lei para não deixar mexer no plenário.”

Convergência

Marcos Borges, gerente-executivo de Assuntos Legislativos da CNI, disse que a posição da entidade é de “convergência com o projeto”.

“Foram feitas mais de 30 reuniões com os Ministérios de Meio Ambiente, dos Transportes, com o Ibama. Nossa posição era muito de convergência. Foi criado um texto quase de consenso”, com exceção de dois pontos, disse Borges, como a competência de estados e municípios.

“O Ibama entende que [o processo] deveria ser um pouco mais centralizado e nós temos entendimento de que quem conhece a região mesmo é o estado”, disse Borges.

Em Salvador, Marcos Jorge destaca ações pela competitividade industrial

09/04/2018 – Fonte: MDIC

O ministro Marcos Jorge afirmou que o governo federal está comprometido com a abertura ao comércio internacional e com os processos relacionados ao comércio exterior, bem como com o aumento da produtividade e das taxas de inovação na indústria.

“Estamos cientes de que as medidas desenvolvidas pelo MDIC neste governo levarão à melhora de todo o ambiente de investimentos do Brasil”, disse, a uma plateia de empresários e convidados que participaram da comemoração dos 70 anos da Federação das Indústrias da Bahia e do Serviço Social da Indústria (SESI) do estado. O evento também contou com a presença do presidente Michel Temer.

O ministro destacou o trabalho desempenhado pelas duas instituições e fez um especial agradecimento ao SESI da Bahia pela parceria no programa Brasil Mais Produtivo.

“Foi aqui, no Campus Integrado de Manufatura e Tecnologia (Cimatec) do Senai, em Salvador, que foram treinados os consultores do Brasil Mais Produtivo, programa coordenado pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e que tem o Senai como parceiro fundamental. Por isso, além de parabenizar o SESI da Bahia pelos 70 anos, o governo federal precisa também agradecer pelo excelente resultado nesta parceria em prol do desenvolvimento econômico do país”, disse Marcos Jorge.

O programa, que tem o objetivo de aumentar em pelo menos 20% a produtividade das empresas participantes, num período curto de tempo, já superou a meta inicial. A média nacional do “Brasil Mais Produtivo” até o momento está em 52% de aumento de produtividade em cerca de 2,8 mil empresas atendidas.

Na Bahia o aumento médio de produtividade também foi alto, chegando a 41% para 159 empresas de diversos setores. Foram beneficiados fabricantes de móveis, alimentos, bebidas, roupas, calçados, e produtos do setor metal mecânico.

Indústria 4.0

“O acesso ao mercado externo é um fator de produtividade, mas não atua sozinho.

Trabalhar a forma de produzir internamente também é nossa prioridade”, continuou Marcos Jorge, informando que foi lançada, durante a edição latino-americana do Fórum Econômico Mundial, no último mês de março, em São Paulo, as bases da política para a indústria do futuro – a Agenda Brasileira para a Indústria 4.0 –, “com enorme potencial de propiciar um salto no nível de desenvolvimento do nosso país”, informou.

“Não queremos ser coadjuvantes desse momento, mas atores importantes desse processo”, afirmou o ministro.

Marcos Jorge também enfatizou sua atuação no MDIC. “Antes de assumir este cargo, atuei junto ao ministro Marcos Pereira como secretário-executivo da Pasta. Assim, posso dizer que já acumulo quase dois anos de intenso trabalho com a missão de melhorar o ambiente de negócios no Brasil, bem como aumentar a participação do país no comércio internacional de bens e de serviços”, lembrou ele.

O ministro disse, ainda, que, apesar dos desafios que precisam ser enfrentados, está certo de que a gestão do MDIC no atual governo contribuiu para criar as bases para a retomada do crescimento econômico e do emprego.

“Tivemos um superávit recorde de 67 bilhões de dólares em 2017. Isto ajudou a reduzir o déficit nas contas externas, que, segundo o Banco Central, tiveram, em 2017, o melhor resultado em dez anos. As importações do Brasil também aumentaram e tiveram crescimento de quase 10% no ano passado. Principalmente em função da compra de insumos e equipamentos industriais. Sinal do reaquecimento da economia brasileira”, afirmou.

Atividade industrial

O ministro citou também os últimos dados do IBGE que apontam para a retomada da atividade industrial. A indústria brasileira acumula alta de 4,3% no primeiro bimestre, frente aos primeiros dois meses de 2017. Foi o maior crescimento para esse período desde 2011, segundo o IBGE.

Além disso, Marcos Jorge enfatizou a importância do setor automotivo para a retomada da atividade industrial. “Em 2017, a indústria automotiva foi responsável por mais da metade do crescimento de 2,5% na produção industrial geral, após três anos de queda”, destacou.

Na Bahia, a produção automotiva também é motor do desenvolvimento da economia regional. "Aqui perto, a cerca de 50 km de Salvador, está o Polo Industrial de Camaçari, onde a fabricação de veículos responde por mais de 50% dos empregos diretos", disse.

Combate à impunidade é avanço, dizem empresários

09/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Um dia após decretada a prisão de Lula, empresários da Azul, AB InBev e 3G falam nos EUA



David Neeleman, fundador da Azul - Paulo Whitaker/Reuters

Um dia depois de decretada a prisão do ex-presidente Lula, empresários influentes no Brasil elogiaram nos Estados Unidos mudanças agora em curso na política do país.

Falando na Brazil Conference, evento organizado por alunos das universidades Harvard e MIT em Boston, o fundador da Azul e um dos donos da TAP, David Neeleman, disse que o Brasil precisa de transparência na política, criticou as leis trabalhistas, defendeu a reforma da Previdência e um "governo menor com incentivo para melhorar a economia".

"Estamos num momento em que as coisas estão mudando", disse o empresário, sem mencionar a prisão de Lula. Ele fez ainda uma comparação entre os cenários políticos brasileiro e americano, lembrando que os empresários dos EUA tendem a buscar uma carreira política, enquanto no Brasil fogem dela.

O presidente-executivo da AB InBev, Carlos Brito, disse no encontro que "o Judiciário está mudando o Brasil", que o Estado "é maior que deveria ser" e que "faz coisas erradas porque a sociedade estimula". Na visão dele, um caminho possível para mudar a situação é regulamentar a atividade dos lobistas.

"Essa profissão precisa ser regulamentada, porque no Brasil isso ainda é feito na sombra", afirmou Brito, acrescentando que seria "uma maneira de a sociedade poder ajudar o governo".

Questionado depois do debate sobre sua reação ao decreto de prisão do ex-presidente Lula, Brito disse esperar que a "página possa ser virada" e que só quer o melhor para o consumidor brasileiro, que merece um ambiente mais estável". "Queremos um ambiente em que o governo funcione", afirmou.

André Street, dono da Stone, empresa de sistemas de pagamento, disse que o país ainda está "aprisionado no sistema político" e elogiou o que chamou de patriotismo em manifestações recentes.

"Temos uma tendência de ter pessoas de cada vez mais qualidade se interessando pela política, sendo mais patriotas", disse. "Quando olharmos para a história, vamos ver que as pessoas foram para a rua com bandeiras para serem patriotas. No Brasil, não se levanta a bandeira como aqui nos Estados Unidos."

No encontro, os empresários ainda brincaram sobre possíveis candidaturas ao Planalto. Brito disse que não tem pretensões políticas, mas que vai "tomar uma cerveja com quem ganhar" a eleição.

Alex Behring, cofundador da 3G Capital, brincou que Street "tem cara de Luciano Huck" e poderia se candidatar. O dono da Stone também negou querer alçar esse voo.

Mais tarde, depois de participar de outro debate, o economista Gustavo Franco, estrategista-chefe e presidente do conselho de administração da gestora Rio Bravo Investimentos, disse que a expectativa do mercado é eleger um candidato liberal, lembrando que o país acaba de passar por "dois maus governos" --ele falava sobre as gestões de Dilma Rousseff e Michel Temer.

Franco disse, no entanto, que investidores ainda estão cautelosos e avaliam quais candidatos teriam, de fato, uma visão econômica liberal.

"Há candidatos que a gente não sabe bem se são liberais de verdade ou se são oportunistas", afirma Franco. "Os eleitores brasileiros não gostam de estelionatos."

Na visão dele, o pré-candidato Jair Bolsonaro, por exemplo, é um desses que despertam dúvidas, já que não se sabe ainda como seria o plano econômico de uma eventual gestão do ex-militar.

CORRUPÇÃO

Empresários ouvidos pela Folha no Brasil têm uma avaliação semelhante. Consideram que a prisão de um ex-presidente, ainda que dolorosa no aspecto institucional, tem o fator positivo de reforçar a percepção de que o Brasil vai atuar de maneira mais efetiva no combate à corrupção, abrindo espaço para o fim de relações viciadas entre o público e o privado.

Cristopher Vlavianos, fundador da comercializadora de energia Comerc, uma das maiores do setor, vê na prisão de um ex-presidente um reforço à mensagem de que a impunidade não impera mais no país, o que pode criar um ambiente mais propício ao investimento.

"Não é só prisão de Lula ou Marcelo Odebrecht. Ver um presidente popular como Lula condenado depois de usar todos os recursos mostra que qualquer um pode ser condenado também. Isso cria ambiente propício ao investimento. Investidor estrangeiro não gosta de entrar em mercados em que a competição é viciada por corrupção."

SETOR ELÉTRICO

Vlavianos diz que a mudança é especialmente positiva para o setor elétrico, que é muito vulnerável à corrupção porque concentra grandes obras.

"Além de o setor ter sofrido com decisões erradas do governo do PT, ele acabou também arcando com esse impacto da corrupção. Muito da corrupção estava concentrado em Petrobras, grandes obras, como Belo Monte."

Para o empresário Ricardo Nunes, presidente da empresa de varejo Máquina de Vendas, existe hoje um descolamento entre os acontecimentos políticos e a economia. A prisão de Lula não vai provocar turbulências ou inseguranças no ambiente de negócios, ao contrário do que ocorreu na ocasião do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

"O nosso setor de varejo está mais conectado à evolução dos juros, do emprego, da indústria. O povo se acostumou."

Ricardo Nunes conta que se reuniu com executivos de um fundo americano na tarde desta sexta (6), enquanto venciam o prazo para Lula se apresentar à Polícia Federal, e o clima era de otimismo.

"Eles consideram que o país está se consertando, e traz estabilidade ver que já não há impunidade. Faz muito bem para a imagem do país entre investidores estrangeiros."

Investir em meio às turbulências no Brasil e exterior exige cuidado

09/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Tensão entre EUA e China e incertezas sobre eleições no país aumentam volatilidade de ativos

A ameaça de uma guerra comercial entre Estados Unidos e China e as incertezas em relação às eleições após a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva levaram analistas a reforçar a recomendação de cautela aos investidores.

A orientação é buscar aplicações que consigam amortecer o impacto negativo dessas turbulências.

No exterior, a crise entre EUA e China provocou fortes volatilidades nas Bolsas globais. Desde que começaram a aparecer notícias, em fevereiro, de que o presidente Donald Trump estudava tarifas sobre aço e alumínio importados, os principais índices americanos zeraram ganhos no ano e passaram para o negativo.

O Dow Jones, que reúne as ações mais negociadas em Nova York, tem perda de 3,6% em 2018. S&P 500 e Nasdaq foram pelo mesmo caminho: no ano, perdem, respectivamente, 3% e 0,5%.

No Ibovespa, índice das ações mais negociadas no Brasil, o efeito também foi expressivo, e se somou às oscilações provocadas pelo julgamento do habeas corpus do ex-presidente Lula e pela prisão do petista, decretada pelo juiz Sergio Moro na quinta-feira (5).

As turbulências exigem cautela do investidor, diz Francisco Levy, diretor da associação Planejar. "O investidor deve tomar cuidado. Quem estava com forte apetite a risco deve ser menos ousado, é hora de reduzir marginalmente o risco."

No mercado, alguns especialistas já fizeram isso. Ronaldo Patah, estrategista de investimentos do UBS Wealth Management, revisou as alocações em Bolsa, principalmente estrangeira.

"Há um risco de piora na questão comercial entre EUA e China, somado ao risco de volta da inflação nos EUA, dado que a economia está aquecida e praticamente com pleno emprego", diz.

A conjuntura aumenta a volatilidade dos ativos internacionais e afeta o mercado brasileiro. "O cenário eleitoral tende a fazer com que seja melhor reduzir o risco das carteiras. Recomendamos uma posição acima do neutro em Bolsa pelo crescimento econômico, mas antes estávamos com uma aposta mais positiva", diz.

Por setores

Mesmo em meio a essa instabilidade, há, na Bolsa, setores que conseguem escapar quase imunes. Carlos Eduardo Rocha, sócio e responsável pela gestora do Brasil Plural, avalia que ainda há oportunidades para quem não quer deixar de ter exposição à renda variável.

"Gostamos de empresas cujo crescimento independe da expansão do Brasil e do mundo. Empresas de consumo, por exemplo, mantinham o crescimento mesmo durante a recessão. Também gostamos dos setores de educação e financeiro", diz.

Dan Kawa, responsável de multimercados da Icatu Vanguarda, aposta em empresas do setor elétrico, financeiro e de saneamento. "Elas têm uma previsibilidade de crescimento e de fluxo de caixa."

Por outro lado, o aumento do protecionismo americano afeta ações de empresas ligadas a commodities, cujos preços caíram sob impacto da disputa tarifária.

"Algumas empresas foram afetadas mais pela percepção de risco do que pelo fundamento. A Usiminas, com o fechamento do mercado americano, não vai crescer tanto como no Brasil. A própria Vale foi afetada, porque as mineradoras foram prejudicadas pelo caso EUA e China", diz Rocha, do Brasil Plural.

Um meio-termo para quem receia entrar em Bolsa no momento são os fundos multimercados, que aplicam parte dos recursos em renda fixa, mas têm liberdade para comprar ativos no exterior e investir em moedas e juros.

Marcelo Flora, sócio do BTG Pactual e responsável pelo BTG Pactual Digital, vê procura maior por esse produto.

"Faz sentido o investidor buscar bons gestores de fundos e ter um portfólio diversificado. Ele precisa de gestores atentos a esses movimentos no exterior e que consigam realocar investimentos, em busca do melhor retorno para os clientes", diz. A queda da taxa básica de juros, a Selic, tem provocado a troca de produtos tradicionais protegidos pelo FGC (Fundo Garantidor de Crédito) por fundos multimercados.

"A indústria de fundos se beneficia desse fluxo. Mesmo investidores que aplicavam em LCA [Letra de Crédito do Agronegócio] e LCI [Letra de Crédito Imobiliário], à medida que esses títulos vão vencendo, buscam melhores alternativas", ressalta.

Renda fixa

Quem pensa em recorrer à renda fixa em busca de proteção deve prestar atenção.

O rendimento dos produtos está bem distante dos dois dígitos observados até o ano passado.

"O brasileiro vai se acostumar com uma perspectiva de juros baixos. É bem possível que tenha taxa relativamente baixa até o fim de 2018, o que significa que a renda fixa não deve trazer grandes ganhos ao investidor. Ele vai ter de correr mais risco", diz Roberto Indech, analista-chefe da Rico Investimentos.

Mas ainda é possível encontrar oportunidades. Para Patah, do UBS, títulos públicos atrelados a índices de preços com vencimento mais longo têm um retorno interessante de IPCA mais 4,5%.

Caio Mercadante, estrategista-chefe de investimentos do BNP Paribas no Brasil, sugere COEs (certificados de operações estruturadas), que combinam uma parte de renda fixa e ativos mais arriscados, como commodities, moedas e Bolsas estrangeiras. "É um produto que protege bem a carteira dos clientes", diz.

Demanda por bens industriais cai 1,6%

09/04/2018 – Fonte: Diário do Comércio

A demanda por bens industriais recuou 1,6% na passagem de janeiro para fevereiro, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). No trimestre móvel encerrado em fevereiro, porém, o Indicador Ipea mensal de Consumo Aparente (CA) de Bens Industriais registrou alta de 1,2%.

Na comparação com fevereiro de 2017, o consumo de bens industriais foi 4,5% maior em fevereiro deste ano. O indicador é obtido através da soma das importações de bens industriais com a produção interna, excluindo as exportações.

Com o resultado de fevereiro, a demanda por bens industriais permanece com ritmo de crescimento mais intenso (com elevação de 4,5% em fevereiro ante fevereiro do ano anterior) do que o apresentado pela Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (com alta de 2,8% no mesmo período), apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Isso é um sinal de que a atividade industrial está aquecida. A economia está demandando tanto os bens industriais produzidos no País quanto os bens importados”, avaliou Leonardo Mello de Carvalho, pesquisador do Ipea e autor do estudo, em nota oficial

Consumo aparente - Entre os componentes do consumo aparente, a produção doméstica líquida de exportações recuou 1,2% em fevereiro ante janeiro, enquanto as importações de bens industriais caíram 2,8%. A demanda por bens da indústria de transformação encolheu 1,9%, e o consumo de bens da extrativa mineral caiu 2,5%.

Na comparação com fevereiro de 2017, a produção industrial doméstica, excluindo as exportações, avançou 3,3%, enquanto as importações saltaram 10%. Houve avanços expressivos nos segmentos de equipamentos de informática (22,6%) e veículos automotivos (18,1%).

“Os dados nos mostram a retomada forte do consumo dos bens de consumo duráveis”, afirmou José Ronaldo de Castro Souza Júnior, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea, em nota.

Produção no setor tem avanço bimestral de 15,6% em relação a 2017

09/04/2018 – Fonte: Diário do Comércio (publicado em 07-04-2018)

A produção industrial do setor eletroeletrônico apontou crescimento de 15,6% nos dois primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2017. É o que mostram os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e agregados pela Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). O desempenho do setor teve papel decisivo para as expansões da indústria geral (+4,3%) e de transformação (+5,3%) no primeiro bimestre, em comparação com igual período de 2017.

O resultado foi estimulado principalmente pelo incremento de 30,4% na área eletrônica, enquanto a área elétrica avançou 3,2%. No segmento eletrônico, foram expressivos os acréscimos de 48% na produção de equipamentos de informática e de 45,1% de aparelhos de áudio e vídeo.

Fevereiro - A produção industrial do setor elétrico e eletrônico cresceu 13,6% no mês de fevereiro de 2018 em relação ao mesmo mês do ano passado, conforme dados do IBGE, resultado do incremento de 29,2% na indústria eletrônica e acréscimo de 0,6% na elétrica.

O resultado de fevereiro aponta para a décima alta consecutiva da produção em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Na opinião do presidente da Abinee, Humberto Barbato, trata-se de uma indicação da tendência de recuperação da indústria.

“Temos observado bons resultados do nível de emprego e na produção do setor, indicando uma retomada da atividade industrial, embora ainda tenhamos um longo caminho a ser percorrido”, afirma.

Especificamente na área eletrônica, com exceção de instrumentos de medida (-9,4%), os demais segmentos apontaram elevação em fevereiro. Também se destacaram a produção de equipamentos de informática e periféricos (+56,0%) e aparelhos de áudio e vídeo (+41,0%).

Em relação ao mês imediatamente anterior, com ajuste sazonal, a produção do setor eletroeletrônico teve expansão de 2,4%, com comportamentos similares tanto da área elétrica (+2,6%) como da eletrônica (+2,1%).

Rodízio no comando da Anfavea gera divergência entre as montadoras

09/04/2018 – Fonte: Diário do Comércio

Os principais argumentos do grupo contrário ao rodízio restrito no comando da Anfavea é o de que as “quatro grandes” montadoras de automóveis vêm perdendo participação no mercado e o ranking apresenta variações.

Em 2016, a Hyundai ficou em quarto lugar em vendas, desbancando a Ford, que ficou em sexto. No ano passado, a marca coreana que abriu fábrica em Piracicaba (SP) em 2012 foi a quinta da lista, com a Ford recuperando o quarto lugar. Estas posições estão mantidas nos três primeiros meses deste ano.

“Antes, as quatro grandes detinham quase 70% do mercado de automóveis, mas hoje essa participação não é tão expressiva”, aponta um executivo do setor. A fatia atual delas é de 54%.

Outro argumento é que Rogelio Golfarb, da Ford, ocupou o cargo entre 2004 e 2007. “Muita gente não o quer, pois já teve sua chance e agora é a vez de outros”, falou outra fonte.

Nenhuma montadora quis abordar oficialmente sobre o tema. A Anfavea apenas afirma que “o processo eleitoral oficialmente ainda não começou”.

Em 2012, às vésperas da eleição que levou à presidência Luiz Moan, da GM, já houve um movimento de descontentamento.

Dois anos depois, algumas montadoras que chegaram ao País mais recentemente relutaram em entrar na Anfavea porque discordavam do alto valor cobrado em ‘luva’ para a filiação, na casa de US\$ 1 milhão, e ameaçaram permanecer na entidade representativa dos importadores, a Abeiva, que trocou sua razão social para Abeifa para poder incluir também fabricantes. O preço da ‘luva’ então caiu e foi parcelado.

Bastidores - Depois de Moan, o atual presidente, Antonio Megale, da Volkswagen, assumiu o cargo com aprovação geral das filiadas. Já para a próxima eleição, em março de 2019, os debates de bastidores foram antecipados, na tentativa de angariar apoios em ambos os lados.

Os candidatos novatos podem conseguir votos das empresas que simplesmente querem o fim do rodízio, independente de quem será o presidente. Há nove associados que, teoricamente, apoiam o rodízio: as cinco grandes em automóveis e caminhões e suas coligadas Audi, MAN, Scania e CNH. A oposição tentará conquistar parte das outras filiadas.

A ambição dos opositores pode ser barrada no quesito curricular.

“O eleito precisa ter relações com o alto escalão do governo, saber lidar com as diferentes demandas das empresas e estar bem preparado para o processo de transformação que toda a indústria automobilística mundial está passando”, lista um dirigente, para quem os novatos ainda não têm esse perfil.

Montadoras já relutaram em fazer parte da Anfavea

09/04/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 06-04-2018)

Os principais argumentos do grupo contrário ao rodízio restrito no comando da Anfavea é o de que as “quatro grandes” montadoras de automóveis vêm perdendo participação no mercado e o ranking apresenta variações.

Em 2016 a Hyundai ficou em quarto lugar em vendas, desbancando a Ford, que ficou em sexto. No ano passado a marca coreana que abriu fábrica em Piracicaba (SP) em 2012 foi a quinta da lista, com a Ford recuperando o quarto lugar. Estas posições estão mantidas nos três primeiros meses deste ano.

“Antes, as quatro grandes detinham quase 70% do mercado de automóveis, mas hoje essa participação não é tão expressiva”, diz um executivo do setor. A fatia atual delas é de 54%.

Outro argumento é que Rogelio Golfarb, da Ford, ocupou o cargo entre 2004 e 2007. “Muita gente não quer ele, pois já teve sua chance e agora é a vez de outros”, diz outra fonte.

Nenhuma montadora quis falar oficialmente sobre o tema. A Anfavea apenas afirma que “o processo eleitoral oficialmente ainda não começou”.

Luva cara

Em 2012, às vésperas da eleição que levou à presidência Luiz Moan, da GM, já houve um movimento de descontentamento. Dois anos depois, algumas montadoras que chegaram ao País mais recentemente relutaram em entrar na Anfavea porque discordavam do alto valor cobrado em “luva” para a filiação, na casa de US\$ 1 milhão, e ameaçaram permanecer na entidade representativa dos importadores, a Abeiva, que trocou sua razão social para Abeifa para poder incluir também fabricantes. O preço da “luva” então caiu e foi parcelado.

Depois de Moan, o atual presidente, Antonio Megale, da Volkswagen, assumiu o cargo com aprovação geral das filiadas. Já para a próxima eleição, em março de 2019, os debates de bastidores foram antecipados, na tentativa de angariar apoios em ambos os lados.

Os candidatos novatos podem conseguir votos das empresas que simplesmente querem o fim do rodízio, independente de quem será o presidente. Há nove associados que, teoricamente, apoiam o rodízio: as cinco grandes em automóveis e caminhões e suas coligadas Audi, MAN, Scania e CNH. A oposição tentará conquistar parte das outras filiadas.

A ambição dos opositores pode ser barrada no quesito curricular.

“O eleito precisa ter relações com o alto escalão do governo, saber lidar com as diferentes demandas das empresas e estar bem preparado para o processo de transformação que toda a indústria automobilística mundial está passando”, lista um dirigente, para quem os novatos ainda não têm esse perfil.

Busca por estilo de vida mais saudável pressiona indústria de alimentos no país

09/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

A mudança no perfil de consumo de alimentos e bebidas se tornou um desafio para as grandes indústrias desses setores – lá fora e aqui no Brasil. Segundo a consultoria Euromonitor, o consumo de refrigerantes no mercado brasileiro projetado para 2022 estará 20,3% abaixo do que se via em 2012. Na mesma comparação, a demanda por chicletes terá queda de 20,9%, enquanto a categoria geral de doces vai recuar 19,6%.

A indústria que se expandiu com o desejo do brasileiro de experimentar novas categorias agora está sendo obrigada a se adaptar a novos tempos, em que o apelo saudável será o nome do jogo.

Isso vai se refletir tanto no crescimento de certos tipos de produtos processados – como as bebidas à base de água de coco e os salgadinhos feitos de cenoura e batata-doce, por exemplo – quanto no retorno aos alimentos frescos.

A mudança de mentalidade, que já é realidade na Europa e nos EUA, obrigou as grandes indústrias de alimentos a rever estratégias. Gigantes como Pepsico, Unilever, Coca-Cola, Ambev e Nestlé se movimentam em diferentes frentes para convencer os consumidores de que seus produtos não são potenciais riscos à saúde.

Entre as estratégias adotadas para se adequar à nova realidade estão mudanças em fórmulas de produtos (com versões com menos açúcar e gorduras), redução de embalagens (para controlar a quantidade consumida) e a aquisição de marcas menores que já nasceram direcionadas ao apelo saudável.

Reportagem publicada em setembro do ano passado pelo jornal americano The New York Times mostrou que, dos anos 1980 para cá, o foco de grandes grupos internacionais no mercado nacional multiplicou por três o índice brasileiro de obesidade, que era de 7% há cerca de 40 anos. Hoje, segundo a Euromonitor, a taxa está em 22%. E deve chegar a 26% em 2022.

Analista sênior da Euromonitor, Angelica Salado diz que o consumidor já vê uma clara relação entre o excesso de industrializados na dieta e o ganho de peso. “A preocupação com o problema existe, apesar de ainda estar mais ligada à estética do que à saúde em si.” Ela diz, no entanto, que a tendência das opções saudáveis está consolidada.

O consultor em marcas Ricardo Klein, da Top Brands, diz que a adoção de um estilo mais saudável pelos brasileiros, no entanto, ainda pode esbarrar no fator preço. Na opinião do especialista, esse processo de migração será percebido primeiro nas classes A e B.

“É um processo que vai ser sentido em um prazo mais longo, pois, para a maioria dos consumidores brasileiros, a compra desse tipo de produto, que tem apelo premium, acaba fazendo a conta não fechar no fim do mês.”

Agência reduz juros em linhas de crédito para empresas

09/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) vai reduzir as taxas de juros de seus empréstimos em cinco linhas de crédito.

O movimento ocorre após dois anos seguidos de queda no volume de empréstimos concedidos a empresas.

A agência, ligada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, é responsável por apoiar projetos que gerem inovação.

Em 2017, a Finep fechou contratos de empréstimos com valor total de R\$ 1,3 bilhão. É o equivalente a apenas 15% dos R\$ 8,6 bilhões concedidos em 2014.

As linhas da agência dedicadas aos projetos de tecnologias estratégicas para o país e de inovação pioneira, com maior grau de inovação, terão redução de 0,5 ponto percentual e 1 ponto percentual, respectivamente.

A primeira passa de TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo, atualmente em 6,75% ao ano) para TJLP menos 0,5%. Já a inovação pioneira vai de TJLP mais 1,5% para TJLP mais 0,5%.

Além da redução, os empréstimos podem ter suas taxas diminuídas em até dois pontos percentuais adicionais, caso as empresas façam seus projetos com universidades ou centros de pesquisa ou tenham alguma garantia financeira para oferecer (fiança bancária, seguro garantia ou penhor de aplicações).

Também houve cortes em linhas dedicadas a diferenciação de produtos; redução de custos e difusão tecnológica.

Competitividade

Marcos Cintra, presidente da agência, atribui a forte queda nos financiamentos da Finep nos últimos anos à crise econômica, que reduziu a confiança dos empresários e o interesse deles por crédito.

Além disso, as seguidas reduções na taxa básica de juros promovidas pelo Banco Central vinham diminuindo a competitividade da Finep em relação a outras instituições financeiras, diz.

Isso ocorre porque a queda na Selic, que foi de 14,25% ao ano em outubro de 2016 para os atuais 6,5%, não ocorreu em patamar semelhante na TJLP (taxa de referência para os empréstimos da Finep), o que aproximou os percentuais cobrados pela agência dos oferecidos pelo mercado, explica Cintra.

Em outubro de 2016, a TJLP era de 7,5% ao ano. Cintra espera que a Finep conceda R\$ 3,5 bilhões em crédito neste ano. A melhora viria tanto como resultado das taxas mais atrativas como também da recuperação econômica.

CEO da Norsk Hydro diz que relatórios ajudarão empresa a retomar produção em Alunorte

09/04/2018 – Fonte: Reuters

A produtora de alumínio Norsk Hydro acredita que dois relatórios ambientais sobre sua refinaria de alumina Alunorte, no Brasil, ajudarão a empresa a obter permissão para retomar a produção total da planta, disse o CEO à Reuters nesta segunda-feira.

“Isso coloca os fatos sobre a mesa e nos dá uma base para resolver a situação”, disse Svein Richard Brandtzaeg em uma entrevista, acrescentando que a empresa está em “um diálogo construtivo” com as autoridades locais.

A empresa processou na semana passada um promotor local no Brasil, pressionando por um novo estudo de qualidade da água para avaliar os vazamentos.

Pegadinhas no mercado prejudicam retorno de aplicações financeiras

09/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Quem estiver pensando em buscar investimentos ou proteção no mercado financeiro deve tomar cuidado com algumas pegadinhas. Uma delas é a venda de títulos de capitalização como opção à poupança, com apelo de que o cliente guardaria dinheiro e ainda concorreria a prêmios em sorteios.

Sua rentabilidade, porém, é pequena: apenas a TR (Taxa de Referência) —a poupança rende TR mais 70% da Selic, hoje em 6,5% ao ano. E a maioria dos contratos de capitalização estipula prazo de carência para o cliente resgatar o valor total.

Analistas consideram a modalidade como um jogo. “Rende pouco, tem carência de resgate e te trava durante um período. Não deveria ser considerado produto de investimento, cuja característica básica é o rendimento”, diz Luciano Tavares, presidente da plataforma de investimentos Magnetis.

Tavares cita ainda fundos DI (investem em títulos pós-fixados) que sorteiam prêmios, mas têm taxas de administração altas, acima de 2% ao ano. “Existem fundos bons, disponíveis para varejo, que cobram 0,3%, não faz sentido pagar mais de 0,5% ao ano. Se quiser ter emoção, pega o rendimento e vai na loteria.”

O consultor financeiro André Massaro chama a atenção para taxas altas em títulos bancários, como CDB (Certificado de Depósito Bancário) — espécie de empréstimo do investidor ao banco, negociados em percentual do CDI (Certificado de Depósito Interfinanceiro, taxa média de empréstimo entre instituições financeiras).

Grandes bancos oferecem cerca de 80% do CDI, sendo que “um título público, o investimento mais seguro do Brasil, como Tesouro Selic equivaleria a 95% do CDI”, diz Massaro. “A pessoa está tomando risco maior por retorno menor.”

Taxas corroem ainda a rentabilidade de previdências privadas.

No PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre), assim como no VGBL (Vida Gerador de Benefício Livre), que é considerado um seguro, além da taxa de administração, há a taxa de carregamento, cobrada a cada depósito. “É como se fosse um pedágio. Isso destrói a rentabilidade do patrimônio no longo prazo”, afirma Massaro.

Aportes em consórcios, em que não há juros, também exigem cuidado. Massaro observa que há um custo invisível. “No consórcio, a pessoa paga antes para receber o bem lá na frente.”

A recomendação geral é que o investidor pesquise bem para chegar preparado na hora de fechar o negócio.

“Gerente de banco tem de bater meta com o produto. Agentes autônomos de corretoras também ganham comissão. A pessoa interessada deve pesquisar online e buscar um consultor isento”, afirma Tavares.

Taxa de juros nesse nível trará mudança radical no sistema financeiro, diz Ilan

09/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

O presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn - Adriano Machado - 3.abr.2018/Reuters Em visita aos Estados Unidos, o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, defendeu os avanços da economia brasileira, dizendo que se a Selic (taxa básica de juros), que

frisou estar agora no menor patamar da história, for mantida nesse nível haverá uma mudança radical no sistema financeiro.

“O Brasil nunca conviveu com essas taxas baixas”, disse em Boston, em um encontro organizado por alunos de Harvard e MIT.

“É o insumo principal à queda das taxas bancárias. Mas isso depende das reformas e dos ajustes”, afirmou.

Ele falava, no caso, sobre a votação da reforma da Previdência e outras medidas fiscais que precisam ser implementadas para manter a taxa básica de juros, hoje em 6,5% ao ano, nesse patamar.

Goldfajn também comentou a ideia de regular a inflação usando a taxa de câmbio defendida por Ciro Gomes, pré-candidato ao Planalto pelo PDT, dizendo que essa é uma estratégia equivocada.

Esclarecendo que ele não fazia uma avaliação da proposta de um candidato específico, o presidente do Banco Central disse que “é importante que a taxa de câmbio não seja usada para controlar a inflação porque já tentamos isso e não deu certo”.

“Se a gente não puder repetir os mesmos erros, já é um avanço. Não vamos congelar preços para ter que soltar”, disse Goldfajn.

“A gente congelou preços da Petrobras, deu tudo errado. Tivemos a crise cambial porque o câmbio é mais rígido. Proponha erros novos e não os antigos.”

O presidente do Banco Central comentou ainda a votação do cadastro positivo no Congresso na semana que vem, defendendo a medida e dizendo que espera “não haver surpresas” na aprovação.

Mesmo com queda na taxa média em março, juros do cartão de crédito chegam a 323% ao ano, diz Anefac

09/04/2018 – Fonte: G1

A taxa de juros média para pessoa física apresentou redução de 0,41% e ficou em 7,3% em março; nas operações de cartão de crédito, houve alta de 0,79%, chegando a 12,77% ao mês (322,98% ao ano).

As taxas de juros média das operações de crédito voltaram a cair em março, após terem a primeira elevação em fevereiro, interrompendo 14 quedas seguidas. No entanto, de todas as seis linhas pesquisadas, a do cartão de crédito foi a única que apresentou alta. A pesquisa foi feita pela Associação Nacional dos Executivos de Finanças Administração e Contabilidade (Anefac).

A taxa de juros média geral para pessoa física apresentou redução de 0,41% no mês (0,59% em 12 meses), passando de 7,33% ao mês (133,7% ao ano) em fevereiro para 7,30% ao mês (132,91% ao ano) em março. **É a menor taxa de juros desde janeiro.**

Segundo a entidade, o resultado pode ser atribuído à redução da taxa básica de juros (Selic) pelo Banco Central, que caiu para 6,5% ao ano no mês passado, à expectativa de nova redução ante uma inflação menor e à melhora no cenário econômico, que reduz a inadimplência.

No entanto, nas operações de cartão de crédito, houve uma elevação de 0,79%, passando de 12,67% ao mês (318,50% ao ano) em fevereiro para 12,77% ao mês

(322,98% ao ano) em março. **É a maior taxa desde novembro de 2017** (12,89% ao mês – 328,42% ao ano).

As demais cinco linhas de crédito pesquisadas reduziram as taxas de juros no mês (cheque especial, juros do comércio, CDC-bancos-financiamento de veículos, empréstimo pessoal-bancos e empréstimo pessoal-financeiras) - *veja mais detalhes abaixo*.

Cheque especial

Houve uma redução de 0,33%, passando de 12,18% ao mês (297,18% ao ano) em fevereiro para 12,14% ao mês (295,48% ao ano) em março. **É a menor taxa desde janeiro** (12,12% ao mês – 294,64% ao ano).

Juros do comércio

Houve uma redução de 0,74%, passando de 5,44% ao mês (88,83% ao ano) em fevereiro para 5,40% ao mês (87,97% ao ano) em março. **É a menor taxa desde outubro de 2015** (5,35% ao mês – 86,90% ao ano).

Empréstimo pessoal - bancos

Houve uma redução de 2,37%, passando de 4,22% ao mês (64,22% ao ano) em fevereiro para 4,12% ao mês (62,33% ao ano) em março. **É a menor taxa desde janeiro** (4,10% ao mês – 61,96% ao ano).

Crédito direto ao consumidor – bancos e financiamento de automóveis

A taxa de juros caiu 1,02%, passando de 1,97% ao mês (26,38% ao ano) em fevereiro para 1,95% ao mês (26,08% ao ano) em março. **É a menor taxa desde janeiro de 2015 (1,90% ao mês – 25,34% ao ano)**.

Empréstimo pessoal - financeiras

A taxa de juros teve redução de 1,07%, passando de 7,50% ao mês (138,18% ao ano) em fevereiro para 7,42% ao mês (136,06% ao ano) em março. **É a menor desde janeiro de 2015** (7,40% ao mês – 135,53% ao ano).

Pessoa jurídica

Das três linhas de crédito pesquisadas, todas foram reduzidas no mês. A taxa de juros média geral apresentou redução de 1,2% no mês (1,47% em 12 meses), passando de 4,16% ao mês (63,08% ao ano) em fevereiro para 4,11% ao mês (62,15% ao ano) em março. **É a maior taxa de juros desde agosto de 2015**.

Perspectivas

Para a Anefac, ainda que as taxas de juros das operações de crédito continuem elevadas, com a melhora do cenário econômico e o menor risco de crédito, a tendência é que haja redução nos próximos meses.

IGP-DI de março fica em 0,56%, ante alta de 0,15% em fevereiro, revela FGV

09/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) registrou alta de 0,56% em março, ante um aumento de 0,15% em fevereiro, divulgou nesta segunda-feira, 9, a Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O resultado do indicador ficou perto do piso do intervalo das projeções do mercado financeiro, que estimavam uma alta desde 0,50% a 0,95%, com mediana positiva de 0,66%, de acordo com as instituições ouvidas pelo **Projeções Broadcast**.

Com o resultado, o IGP-DI acumulou uma elevação de 1,30% no ano e avanço de 0,76% em 12 meses.

A FGV informou ainda os resultados dos três indicadores que compõem o IGP-DI. O IPA-DI, que representa o atacado, teve alta de 0,77% em março, após a elevação de 0,15% registrada em fevereiro.

O IPC-DI, que apura a evolução de preços no varejo, teve um aumento de 0,17% em março, ante um crescimento também de 0,17% em fevereiro.

Já o INCC-DI, que mensura o impacto de preços na construção, apresentou alta de 0,24% em março, depois do aumento de 0,13% em fevereiro. O período de coleta de preços para o índice de março foi do dia 1º ao dia 31 do mês.

IPAs

Os preços dos produtos agropecuários no atacado, mensurados pelo IPA Agrícola, subiram 3,39% em março, após a elevação de 0,59% em fevereiro, dentro IGP-DI, informou a FGV.

Já os produtos industriais, que são medidos pelo IPA Industrial, recuaram 0,09% em março, depois de uma alta de 0,01% no atacado em fevereiro.

Dentro do Índice de Preços por Atacado segundo Estágios de Processamento (IPA-EP), que permite visualizar a transmissão de preços ao longo da cadeia produtiva, os preços dos bens finais tiveram alta de 0,76% em março, ante um recuo de 0,42% em fevereiro.

Os preços dos bens intermediários subiram 0,85% em março, após avançarem 0,25% em fevereiro. Os preços das matérias-primas brutas registraram alta de 0,68% em março, depois de subirem 0,76% em fevereiro.

Núcleo do IPC-DI

O núcleo do Índice de Preços ao Consumidor – Disponibilidade Interna (IPC-DI) de março subiu 0,25%, após um aumento de 0,23% em fevereiro.

O núcleo do IPC-DI é usado para mensurar tendências e calculado a partir da exclusão das principais quedas e das mais expressivas altas de preços no varejo.

Ainda de acordo com a FGV, o núcleo acumulou uma elevação de 0,92% no ano e avanço de 3,12% em 12 meses.

IPC-S sobe 0,31% na 1ª quadrissemana de abril após alta de 0,17% na anterior

09/04/2018 – Fonte: Tribuna PR

O Índice de Preços ao Consumidor – Semanal (IPC-S) subiu 0,31% na primeira quadrissemana de abril após terminar março com alta de 0,17%, conforme a Fundação Getúlio Vargas (FGV) informou na manhã desta segunda-feira, 9.

Das oito classes de despesas analisadas, seis avançaram: Alimentação (-0,02% para 0,29%), Saúde e Cuidados Pessoais (0,42% para 0,61%), Educação, Leitura e Recreação (-0,09% para 0,06%), Habitação (0,27% para 0,32%), Transportes (0,23% para 0,28%) e Comunicação (-0,09% para 0,04%).

Já os segmentos que registraram desaceleração entre a última quadrissemana de março e a primeira de abril foram Vestuário (0,57% para 0,47%) e Despesas Diversas (0,05% para 0,02%), informou a FGV.

Selic no fim de 2018 permanece em 6,25% ao ano, prevê Focus

09/04/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

Os economistas do mercado financeiro mantiveram suas projeções para a Selic para o fim de 2018 e de 2019. O Relatório de Mercado Focus trouxe nesta segunda-feira, 9, que a mediana das previsões para a Selic este ano seguiu em 6,25% ao ano. Há um mês, estava em 6,50%. Já a projeção para a Selic em 2019 seguiu em 8,00% ao ano. Há um mês, estava no mesmo nível.

No Focus, a Selic média de 2018 permaneceu em 6,34% ao ano, ante 6,53% ao ano de quatro semanas atrás. A taxa básica média de 2019 foi de 7,27% para 7,18%, ante 7,75% de um mês atrás.

Para o grupo dos analistas consultados que mais acertam as projeções de médio prazo (Top 5), a taxa básica terminará 2018 em 6,25% ao ano, ante os 6,75% de um mês antes. No caso de 2019, a projeção do Top 5 para a Selic é de 8,00%, igual ao verificado uma semana antes. Há um mês, estava em 9,00%.

Os economistas consultados pelo BC esperam por um corte de 0,25 ponto porcentual da Selic em maio, de 6,50% para 6,25% ao ano. Depois disso, conforme o Sistema de Expectativas de Mercado do relatório Focus, a projeção é de que a Selic permaneça em 6,25% ao ano até março de 2019, quando a taxa subiria a 6,44% ao ano (porcentual que indica indefinição sobre o patamar exato neste mês). Este aumento marcaria o início de um novo ciclo, desta vez de alta para os juros básicos.

Câmbio para fim de 2018 segue em R\$ 3,30, aponta Focus

09/04/2018 – Fonte: Isto É Dinheiro

O relatório de mercado Focus divulgado na manhã desta segunda-feira, 9, pelo Banco Central, não mostrou alteração no cenário para a moeda norte-americana em 2018. A mediana das expectativas para o câmbio no fim deste ano seguiu em R\$ 3,30, igual ao verificado há um mês. Já o câmbio médio no ano seguiu em R\$ 3,29, ante R\$ 3,28 de um mês atrás.

Para 2019, a projeção dos economistas do mercado financeiro para o câmbio no fim do ano foi de R\$ 3,40 para R\$ 3,39, ante os mesmos R\$ 3,39 de quatro pesquisas atrás. Já a expectativa para o câmbio médio no próximo ano continuou em R\$ 3,35, ante R\$ 3,34 de um mês atrás.

Mercado reduz projeções para inflação e crescimento econômico neste ano, mostra Focus

09/04/2018 – Fonte: Reuters

A projeção para a inflação neste ano foi reduzida pela 10ª vez seguida na pesquisa Focus do Banco Central divulgada nesta segunda-feira, caminhando na direção do piso da meta oficial, enquanto a visão para a economia teve ligeira piora.

Os economistas consultados no levantamento passaram a calcular a alta do IPCA em 2018 agora em 3,53 por cento, ante 3,54 por cento na semana anterior. A meta oficial para este ano é de 4,5 por cento, com margem de 1,5 ponto porcentual.

Para 2019, o cálculo também sofreu um ajuste de 0,01 ponto porcentual, mas para cima, a 4,09 por cento.

O IBGE divulga na terça-feira os dados de março do IPCA, e pesquisa da Reuters aponta que a inflação provavelmente desacelerou em março à mínima em cinco meses

de 2,72 por cento em 12 meses, sugerindo que o BC pode ter esperado tempo demais para sinalizar novo corte de juros.

Ao mesmo tempo, a expectativa para o desempenho da economia brasileira piorou. A projeção é de que o Produto Interno Bruto (PIB) registre uma expansão de 2,80 por cento neste ano, contra 2,84 por cento antes, avançando a 3 por cento em 2019, em projeção inalterada no levantamento.

A pesquisa mostra ainda que o mercado continua vendo que a Selic terminará 2018 a 6,25 por cento e 2019, a 8 por cento. Atualmente, a taxa básica de juros está em 6,5 por cento.

Artigo: Consumo consciente chega à tecnologia

09/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Todos precisarão investir na sua prateleira de orgânicos, com produtos que conquistem a confiança

O consumidor de tecnologia está mudando rapidamente seus valores e sua percepção em relação aos serviços que usa. É um movimento parecido com o crescimento dos orgânicos no mercado de alimentos nos últimos anos.

Hoje, nos grandes supermercados, é obrigatório ter ao menos uma seção com produtos certificados, que informa a procedência do alimento e que privilegia ciclos naturais de cultivo ou restringe o uso de pesticidas. O produto pode até ser mais caro, mesmo assim um segmento crescente opta por ele.

Com os casos cada vez mais frequentes envolvendo desrespeito à privacidade e abuso de dados nos serviços de tecnologia, essa mudança de valores e percepção é cada vez mais acentuada.

Uma pesquisa recente mostrou que 23% dos usuários da internet nos Estados Unidos e na Alemanha já são o que pode ser chamado de usuários conscientes.

Tal como os consumidores de produtos orgânicos, essa categoria tem fortes afinidades com uma série de valores de que não abre mão. Por exemplo: privacidade, controle sobre seus dados, práticas comerciais justas, direito de levar sua conta para outro lugar, transparência, informações claras sobre exatamente o que está acontecendo no serviço e assim por diante.

A categoria de usuários conscientes é cobiçada e de alto valor. Esse segmento usa mais a internet do que a média da população em geral. São também microinfluenciadores.

Seu comportamento dita tendências que se espalham para outros perfis. Quando percebem um serviço que se alinha aos seus valores, abraçam sua divulgação e espontaneamente buscam trazer mais usuários para ele. E mais relevante: a projeção é que essa categoria de usuários vá crescer significativamente nos próximos cinco anos.

Essa é uma chamada para que o setor de tecnologia reorganize sua forma de atuação. Um dos elementos mais importantes nesse contexto é a promoção da confiança: saber que o serviço que você usa é construído em seu benefício, e não o contrário. Isso afeta todos os segmentos do mercado digital. Redes sociais, buscadores, serviços de nuvem.

Afeta também portais, sites de notícia e outros produtores de conteúdo, que precisarão adotar práticas mais transparentes no uso de "trackers" e outros identificadores.

E, sobretudo, afeta os "data brokers", empresas que coletam dados de inúmeras fontes, tanto físicas quanto de sites e plataformas espalhados pela rede.

Todos precisarão, cedo ou tarde, investir na sua prateleira de orgânicos. Precisarão construir produtos que conquistem a confiança do consumidor. Para isso, vai ser necessário adotar transparência e regras de privacidade mais bem desenvolvidas. No início esse movimento pode ser visto como um custo. Mas logo será visto também como oportunidade.

As empresas que seguirem por esse caminho acabarão se diferenciando, dividindo o mercado entre os serviços que levam a sério a confiança do consumidor e aqueles que têm como prática abusar dela.

Ronaldo Lemos – É advogado, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio e representante do MIT Media Lab.

Tata Steel está aberta a assumir fatia majoritária em aliança com Thyssenkrupp, dizem fontes

09/04/2018 – Fonte: DCI

O grupo siderúrgico indiano Tata Steel vai considerar ter uma participação majoritária na planejada joint-venture com a alemã Thyssenkrupp depois que a empresa for listada no mercado, de acordo com duas fontes familiarizadas com o assunto.

A disposição da Tata de aumentar sua participação é um sinal de compromisso de expandir globalmente suas operações de siderurgia, disseram as fontes. Isso foi questionado por investidores e analistas nos últimos anos, depois que a empresa, sob o comando de Cyrus Mistry colocou seus ativos britânicos de aço à venda após anos de perdas.

Tal desenvolvimento na joint venture planejada - que criaria o segundo maior grupo siderúrgico da Europa depois da ArcelorMittal - também se encaixaria na estratégia da Thyssenkrupp de reduzir a exposição à produção de aço para se concentrar na fabricação de produtos industriais e tecnológicos com margem de lucro mais alta.

"Eles têm visões diferentes. A Thyssenkrupp está querendo sair do setor siderúrgico, enquanto a Tata está procurando ficar e crescer", disse uma das fontes. A Tata Steel e a Thyssenkrupp se recusaram a comentar.

As duas empresas firmaram um acordo preliminar no ano passado para fundir seus ativos de aço europeus em uma joint venture com partes iguais. Os investidores esperam amplamente que haja uma oferta de ações da nova empresa combinada. A Tata Steel estaria "com o caminho aberto para assumir um pedaço maior do bolo" na aliança Thyssenkrupp, assim que a entidade resultante da fusão seja listada publicamente, disse a segunda fonte.

Vallourec assina contratos de longo prazo com Petrobras

09/04/2018 – Fonte: Diário do Comércio

O grupo Vallourec, fabricante de tubos de aço para aplicações industriais, com unidade na região do Barreiro, em Belo Horizonte, e em Jeceaba, no Campo das Vertentes, acaba de assinar contratos de longo prazo com a Petrobras.

Embora valores e detalhes do escopo do projeto não tenham sido divulgados, os acordos preveem a venda de tubos, acessórios e conexões, bem como a prestação de serviços especializados pela siderúrgica à estatal.

De acordo com o superintendente de Relações Institucionais & Comunicação da Vallourec, Hildeu Dellaretti Júnior, o início do fornecimento é imediato e terá duração de três anos. Os lotes foram conquistados a partir de uma licitação pública internacional, realizada no decorrer do ano passado, que teve a companhia como vencedora.

“Os contratos visam à venda de tubos, acessórios e conexões e a prestação de serviços especializados. Todo o material fornecido será produzido nas plantas mineiras e com altíssimo índice de conteúdo local”, garantiu.

Trata-se dos produtos OCTG premium, que incluem tubos de aço sem costura e acessórios associados, com graus de aço e conexões. Os produtos e serviços associados serão usados pela Petrobras em seus poços de produção e exploração de petróleo e gás offshore, localizados em reservatórios do pré-sal. A produção da Petrobras proveniente do pré-sal já representa mais de 50% do total da estatal.

Com esses contratos, a Vallourec consolida sua liderança mundial no fornecimento de produtos OCTG premium para a indústria de petróleo e gás. “Já somos fornecedores da Petrobras e a cada novo contrato vamos ampliando nosso portfólio junto à empresa. Isso é fruto de um trabalho bem realizado e da integração das nossas plantas”, completou.

Ainda segundo o superintendente, nenhuma das unidades industriais mineiras da Vallourec precisará de investimentos para atender a demanda. Isso porque, somente os investimentos na implantação da unidade de Jeceaba chegaram a R\$ 5 bilhões, tornando a siderúrgica apta a atender os contratos. “O desenvolvimento dos serviços vai ocorrer normalmente”, disse, sem revelar a capacidade produtiva.

Os novos contratos com a estatal brasileira e as vendas internacionais são as grandes apostas da companhia para 2018. Segundo Dellaretti Júnior, hoje, 70% da produção da Vallourec são comercializados junto a outros países, enquanto 30% ficam no Brasil. Essa proporção se inverteu desde que o País começou a enfrentar a mais recente crise econômica e financeira.

“Foi uma mudança estratégica, pois víamos que a demanda interna não iria se sustentar. Assim, fomos para o mercado internacional e invertemos nossas vendas”, justificou.

Mercado doméstico - Em relação à recuperação do mercado doméstico, o executivo afirmou que ainda existe algum receio. Ele destacou o fôlego já observado na indústria automotiva, mas ponderou o desempenho da indústria de transformação. “A reação tem sido um pouco mais lenta do que imaginávamos, mas esperamos que o cenário melhore no ano que vem”, concluiu.

A Vallourec é líder mundial em soluções tubulares premium, fornecendo principalmente para os mercados de energia e industrial. A empresa conta com aproximadamente 19.500 empregados e usinas integradas em mais de 20 países.

No Brasil, a Vallourec tem seis unidades. Em Minas Gerais, as unidades Barreiro e Jeceaba são focadas na produção de tubos de aço sem costura; a Vallourec Florestal é responsável pela produção de carvão vegetal que abastece os altos-fornos das unidades produtoras de tubos; e a Vallourec Mineração supre as necessidades de abastecimento internas de minério de ferro.

No Rio de Janeiro, a Vallourec Transportes e Serviços (VTS) presta serviços especializados ao setor de Óleo e Gás. No Espírito Santo, a unidade Tubos Soldados Atlântico (TSA) produz tubos de aço com solda helicoidal de grande diâmetro (de 16” a 60”) para diversas aplicações, como gasodutos, oleodutos, condução de fluidos, estrutural e saneamento.

Com feriado chinês, futuros do minério e do vergalhão não são negociados

09/04/2018 – Fonte: Inda/Info Monney

Em um novo dia sem atividade na bolsa de mercadorias de Dalian por conta de um feriado chinês, os contratos de minério de ferro permaneceram sem negociação, com preço do fechamento de quarta-feira mantido, ou seja, 431 iuanes por tonelada nos contratos de maio.

O mesmo aconteceu com os contratos do vergalhão de aço, mantendo os preços de 3.590 iuanes nos contratos encerrados em maio e de 3.318 iuanes por tonelada para outubro. Os mercados locais de ações também não funcionaram.

Os mercados acionários asiáticos foram pressionados nesta sexta-feira depois que o presidente norte-americano, Donald Trump, propôs tarifas sobre mais produtos chineses, mas recuperaram um pouco de calma após o forte desempenho de Wall Street.

O índice MSCI, que reúne ações da região Ásia-Pacífico com exceção do Japão, tinha alta de 0,10 por cento às 7:35 (horário de Brasília).

O japonês Nikkei perdeu 0,36 por cento.

Trump disse na quinta-feira que instruiu autoridades de comércio dos Estados Unidos a avaliar 100 bilhões de dólares em tarifas adicionais sobre a China, alimentando a disputa comercial entre as duas maiores economias do mundo.

O Ministério do Comércio da China disse que seriam necessárias novas medidas abrangentes para resguardar os interesses do país se os EUA mantiverem seu comportamento protecionista.

"O pedido de Trump para considerar se 100 bilhões de dólares em tarifas adicionais seriam apropriadas, e recentes ações comerciais e pronunciamentos nas últimas semanas, é um exemplo de como as batalhas podem se transformar em guerras", disse Dan Ivascyn, diretor de investimentos da Pacific Investment Management. "Esta é outra razão pela qual os investidores devem reduzir o risco".

Usiminas avalia venda de fábrica de tubos no Sul

09/04/2018 – Fonte: Inda/O Estado de S. Paulo

A diretoria da Usiminas começou a avaliar a possibilidade de vender uma fábrica de tubos com costura no Sul do País, a ex-Zamprogna, adquirida em 2009. O ativo, que pode render alguns milhões à empresa, faz parte da subsidiária da Soluções Usiminas, que além da siderúrgica mineira tem como sócias a companhia asiática Metal One (20%) e a família Sleumer (11,1%).

Os minoritários da Soluções Usiminas já se posicionaram a favor da venda, diante da percepção de que esse ativo tem pressionado para baixo o resultado da empresa. Na Usiminas, entre os que se colocam contra a venda, a justificativa é de que o ativo contempla também um relevante polo de distribuição de aço na região Sul do País, importante comercialmente para a Usiminas.

Nada certo

Nenhuma decisão foi tomada até agora e a discussão ainda está na diretoria. No balanço da Usiminas há uma provisão de R\$ 67 milhões, para perdas prováveis na Justiça referentes à compra desse ativo.

Nas notas explicativas em seu demonstrativo financeiro, a empresa diz que esse processo judicial decorre de "divergências em relação ao valor pago pelas ações da aquisição".

Quando anunciado, em dezembro de 2008, o valor da compra foi de R\$ 160 milhões, mas quando o negócio foi concluído, no ano seguinte, o valor pago foi da ordem de R\$ 91 milhões. Procurada, a Usiminas não comentou.

Carro 100% a álcool ganha em eficiência, mas espanta consumidor

09/04/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo



Fiat Palio e Volkswagen Gol 1998 nas versões movidas a álcool, em 1999

A evolução dos motores flex reduziu as diferenças de funcionamento, com baixo nível de ruído e vibrações seja com etanol ou gasolina. Contudo, o resultado poderia ser ainda melhor.

Além do ganho ambiental por não queimar combustível de origem fóssil, motores modernos teriam eficiência superior caso utilizassem apenas etanol, dizem engenheiros do setor automotivo.

"Cerca de 70% das emissões vêm de carros de passeio, por isso é importante o uso do biocombustível. O que é emitido de carbono na queima do etanol acaba compensado pelo ciclo da cana.

Motores 100% a etanol são perfeitamente viáveis em um futuro próximo", afirma Ronaldo Ernesto, gerente de pesquisa e desenvolvimento na Honda.

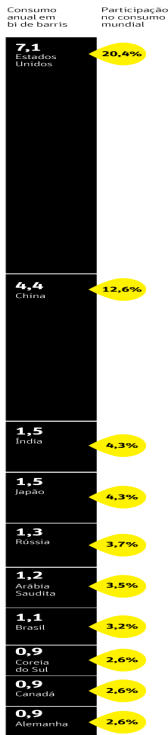
Contudo, a possibilidade de carros a álcool voltarem às lojas é remota.

A reportagem ouviu as principais fabricantes no Brasil, e todas afirmaram não haver planos para lançar veículos movidos apenas pelo combustível de origem vegetal. Segundo José Loureiro, gerente de desenvolvimento da Volkswagen, todas as pesquisas mostram que os clientes querem carros flex.

A crise de abastecimento de álcool do fim dos anos 1980, época em que mais de 90% dos carros vendidos eram movidos a etanol, traumatizou os consumidores.

"Minha família entrou em uma roubada na década de 1980 quando meu pai comprou um carro a álcool, não quero passar por isso novamente", afirma o engenheiro mecânico Marcos Bianchi Alonso, 43.

DEZ PAÍSES CONSUMEM O EQUIVALENTE A 60% DE TODO O PETRÓLEO E SEUS DERIVADOS PRODUZIDOS NO MUNDO



750 mil veículos elétricos foram vendidos no mundo em 2016. Desse, 336 mil foram licenciados na China



Sem carros híbridos e elétricos, as montadoras não conseguirão reduzir as emissões de CO₂ (gás carbônico) até a meta estipulada para 2025 na Europa. Até lá, a meta pretendida por frota terá caído de 130 gramas de CO₂ por quilômetro para 95 g/km



Os Estados Unidos também produzem álcool, estraido do milho. Ele é misturado à gasolina com o objetivo de reduzir fontes de poluentes e gás carbônico, mas não é vendido puro nos postos



0,5% das áreas agricultáveis do Brasil é destinado ao cultivo da cana-de-açúcar para produção de combustível



A companhia de energia CPFL estima que, caso o Brasil tenha 10% da frota composta por veículos elétricos em 2030, haverá redução de 1,6% na demanda por energia, número considerado baixo



30% de toda a energia produzida na Alemanha em 2017 veio de fontes renováveis. O país espera atingir a 80% até 2050 e assim reduzir a dependência de fontes termelétricas, que poluem mais



Embora esteja na lista de maiores produtores de petróleo do mundo, a Noruega é o país em que os carros elétricos são mais populares. Devido a incentivos fiscais, 23% dos veículos vendidos por lá em 2017 eram movidos apenas por eletricidade

Na Dinamarca, a redução de incentivos fiscais aos carros elétricos fez as vendas desses modelos desaparecerem entre 2015 e 2017. A queda chegou a 60% na comparação entre o primeiro trimestre do ano passado e igual período em 2015



Há 20 anos, os carros a diesel começaram a dominar o mercado na Europa devido às metas de redução nas emissões de CO₂, categoria em que são mais eficientes que os movidos a gasolina

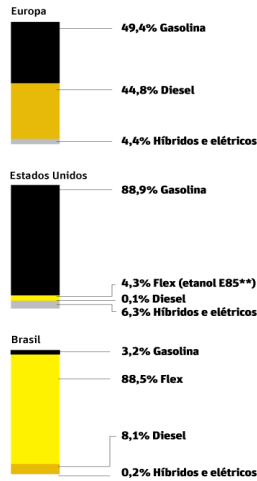
O cenário muda em 2015, com estudos que mostram os danos à saúde devido ao poluentes gerados pela queima do diesel e a descoberta da fraude promovida pelo grupo Volkswagen. Um software modificava o funcionamento do motor durante os testes de emissões em laboratório

A Agência de Energia da China afirma que somente as usinas limpas (eólicas, solares e hidrelétricas) construídas em 2017 são capazes de gerar 53 gigawatts de potência - o suficiente para recarregar 1,3 milhões de carros elétricos por dia. O investimento equivale a US\$ 435 bilhões. Porém aproximadamente 60% da energia elétrica consumida na China vem de usinas a carvão, altamente poluidoras



Fontes: Instituto Mau de Tecnologia, EIA (Agência Internacional de Energia), Oica (organização internacional das montadoras), Anfavea (associação nacional das montadoras), Fenabrave (entidade que representa os distribuidores de veículos no Brasil), ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível), Luciano Pires (professor de Física)

VENDA DE VEÍCULOS EM 2017 DIVIDIDA PELAS PRINCIPAIS OPÇÕES DE ABASTECIMENTO*



*Carros de passeio e veículos comerciais leves **Combustível composto por 85% de etanol e 15% de gasolina

EVOLUÇÃO DOS MOTORES A ETANOL EM 20 ANOS

	1998	2008	2018
ETANOL (Volkswagen):	Gol G2 1.0	Gol 1.0 G4 flex	Gol 1.0 G6 flex
Aceleração (0 a 100 km/h)	20,3 segundos	16,9 segundos	14,3 segundos
Consumo urbano	9,9 km/l	9,7 km/l	10,2 km/l
Consumo rodoviário	12,8 km/l	11,8 km/l	14,3 km/l
ETANOL (Fiat)	Palio EDX 1.0	Palio 1.0 Fire flex	Argo 1.0 flex
Aceleração (0 a 100 km/h)	19,8 segundos	17,4 segundos	15,9 segundos
Consumo urbano	7,9 km/l	9,5 km/l	10,9 km/l
Consumo rodoviário	11,5 km/l	11,2 km/l	14,5 km/l

ADOÇÃO DO TURBO REDUZIU CONSUMO DE MOTORES A GASOLINA

	1998	2018
GASOLINA (BMW)	328i (motor 2.8, seis cilindros)	328i (motor 2.0 turbo flex, seis cilindros)
Potência	193 cv	245 cv
Aceleração (0 a 100 km/h)	9,1 segundos	6,3 segundos
Consumo urbano	7,2 km/l	9,5 km/l
Consumo rodoviário	11,2 km/l	15,4 km/l
GASOLINA (Chevrolet)	1998 Vectra CD (motor 2.2 16V, quatro cilindros)	2018 Cruze sedã (motor 1.4 16V turbo flex, quatro cilindros)
Potência	138 cv	150 cv
Aceleração (0 a 100 km/h)	10,2 segundos	9,3 segundos
Consumo urbano	8,7 km/l	11,7 km/l
Consumo rodoviário	13,3 km/l	18,2 km/l

Fontes: Instituto Mau de Tecnologia, EIA (Agência Internacional de Energia), Oica (organização internacional das montadoras), Anfavea (associação nacional das montadoras), Fenabrave (entidade que representa os distribuidores de veículos no Brasil), ANP (Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustível), Luciano Pires (professor de Física)

No início dos anos 2000, versões de modelos Fiat e Volkswagen ainda podiam ser movidas a álcool, mas foram aposentadas em 2003, quando o primeiro Gol flex foi lançado.

O Brasil é o único país em que um automóvel consegue rodar abastecido com E100, que é o álcool puro. Nos EUA há o E85, que é a mistura de etanol de milho com 15% de gasolina.

Importação de etanol segue forte

09/04/2018 – Fonte: DCI

O Brasil deve importar em abril mais de 220 milhões de litros de etanol, o dobro na comparação anual, após compras recordes no primeiro trimestre, em uma janela ainda favorável para se trazer o biocombustível do exterior, a despeito de uma taxa aplicada sobre negócios que superem 150 milhões de litros por trimestre.

A importação vem basicamente dos Estados Unidos e é direcionada quase toda ao Nordeste, em um momento de demanda forte, início da nova safra de cana no país e, consequentemente, estoques menores do biocombustível, segundo dados da consultoria Datagro e da agência marítima Williams.

“Já temos 224 milhões de litros programados para abril”, disse o presidente da Datagro, Plínio Nastari, ressaltando que fatores como a taxa de câmbio e os preços locais e no exterior também estão favorecendo os negócios.

Tal volume previsto para abril fica praticamente em linha com o apurado pela Williams para este mês, de aproximadamente 226 milhões de litros. Em abril do ano passado, o país importou cerca de 112 milhões de litros, segundo dados do governo.

“Isso revela que o Brasil está inserido no mercado internacional de etanol. Dependendo dos preços e dos níveis de ATR (Açúcares Totais Recuperáveis), o Brasil acaba exportando ou importando, é um reflexo natural dessa inserção”, acrescentou Nastari.

A forte importação de agora se assemelha à registrada no primeiro semestre de 2017.

À época, as compras externas pressionaram os preços domésticos, levando a indústria a pleitear, junto ao governo, algum mecanismo para segurar a enxurrada do produto. No fim de agosto, a Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou uma tarifa de 20% sobre importações de etanol que superem 600 milhões de litros ao ano, ou 150 milhões de litros por trimestre, válida a partir de setembro. A medida tem vigência de 24 meses.

Os importadores, entretanto, não têm se intimidado diante dessa taxaçaõ graças a uma conjunção de fatores de mercado. “É o preço no mercado interno brasileiro, o preço nos Estados Unidos, a taxa de câmbio, o frete”, enumerou Nastari, em referência aos fatores por trás da importação.

Após 1,81 bilhão de litros em 2017, o país importou 692,3 milhões de litros de álcool no primeiro trimestre de 2018, alta de 11,3% ante igual período do ano passado, segundo dados da Datagro. Os Estados Unidos, principais fornecedores de etanol ao Brasil, registraram vendas recordes em fevereiro.

Volkswagen avança mais rápido no 1º trimestre

09/04/2018 – Fonte: Automotive Business

Marca é a que mais cresce entre as 10 mais vendidas do País

Entre as 10 marcas de veículos leves mais vendidas no Brasil, a Volkswagen é de longe a que mais cresce no primeiro trimestre. Com 77,5 mil emplacamentos de janeiro a março, a VW tirou da Fiat a vice-liderança no ranking, na comparação com o mesmo período de 2017 suas vendas registraram a maior expansão porcentual entre todos os concorrentes, 31,7% – mais que o dobro do avanço médio do mercado de 14,7% – e foi também a que teve maior ganho de participação, quase dois pontos porcentuais (1,9), terminando o mês passado em 14,7%.

A Volkswagen vem conquistando espaço com os lançamentos bem aceitos do Polo e Virtus, que aumentaram o fluxo de clientes nas concessionárias da marca, que acabam comprando outros modelos, ao mesmo tempo em que manteve presença forte também no segmento de vendas diretas com Gol e Voyage. Com isso, conseguiu deixar a Fiat para trás pela primeira vez após mais de uma década de briga.

Mas as duas marcas ainda continuam amplamente superadas pela **GM Chevrolet**, que no primeiro trimestre apurou 91.864 veículos emplacados (63% deles de apenas dois modelos, Onix e Prisma), com crescimento de 12,2% (abaixo da média) e leve perda de 0,38 ponto de participação, agora em 17,39 – ainda com folgados 2,7 pontos à frente do segundo colocado no ranking. Desde 2016 a GM se sustenta na liderança do mercado.

A **Fiat** segue perdendo generosas porções de mercado. No primeiro trimestre entregou

aos concorrentes mais 1,45 ponto porcentual de participação, agora em 12%, com 64 mil veículos emplacados e expansão muito abaixo da média, de apenas 2,5% em relação ao mesmo período de 2017.

A situação só não é pior porque a marca lidera as vendas diretas para frotas, principalmente com as picapes Strada e Toro. Lançado há cerca de um ano, o Argo ainda não conseguiu influenciar positivamente o desempenho da Fiat.

Graças ao Ka, segundo carro mais emplacado do País no trimestre por causa do bom desempenho de vendas diretas a frotistas, a **Ford** conseguiu se manter no quarto lugar do ranking, com 49.723 unidades vendidas, crescimento acima do mercado, 17,3%, e participação quase estável em 9,4%.

Com desempenho muito inferior ao da Ford em vendas diretas, a **Hyundai** manteve a quinta posição para a qual havia caído no fim de 2017, com 46.451 carros vendidos no primeiro trimestre, expansão de 8,4% no período, mas com perda de 0,5 ponto na participação, de 8,8% agora.

Pela ordem, Toyota, Renault e Honda mantiveram inalteradas suas sexta, sétima e oitava posições no ranking das marcas mais vendidas. O Corolla, sétimo carro mais vendido do País no trimestre, continua garantindo à **Toyota** um bom desempenho, que no total emplacou 42,9 mil veículos, com expansão abaixo da média do mercado, de 5,6%, e market share de 8,1%. Segundo executivos da empresa, somando com exportações, as fábricas não estão dando conta da demanda aquecida pelos modelos da marca.

Caso parecido de produção abaixo da demanda acontece com as duas marcas abaixo da Toyota no ranking. A **Renault**, com 39,6 mil emplacamentos de janeiro a março, segura sua sétima posição com participação de 7,5% (a maior que já conseguiu no País) e bom crescimento de 26,8% no período. Houve problemas para atender a procura pelo Kwid.

Com a linha de produção afogada por cinco modelos em Sumaré (SP), incluindo o ainda bem vendido SUV HR-V, a **Honda** vendeu 33,4 mil veículos em três meses, cresceu 10,9% sobre igual trimestre de 2017, e manteve participação praticamente inalterada em 6,3%.

Impulsionada pelo bom desempenho do Kicks, o SUV mais vendido de março, a **Nissan** subiu do décimo para o nono lugar do ranking, com 24,3 mil, emplacamentos no trimestre e expansão de 26,9% nas vendas (a segunda maior entre as 10 mais). Com isso, sua participação de mercado subiu quase meio ponto, para 4,6%.

Fechando o ranking das 10 marcas, a **Jeep** vendeu 21,9 mil unidades nos três primeiros meses de 2018, em crescimento de 13,6% sobre o mesmo período de 2017 e market share inalterado de 4,2%, lastreado em apenas dois modelos. O Compass, um carro de R\$ 120 mil a R\$ 170 mil, tem desempenho invejável: foi o nono carro e mais vendido do País no primeiro quarto do ano, e seguiu como o SUV mais emplacado no período. Seu irmão menor também fabricado pela FCA em Pernambuco, o Renegade, foi o quinto SUV mais comprado, 18º na colocação geral do mercado.

AS 10 MARCAS MAIS VENDIDAS (Jan-Mar 2018)

MARCA	EMPLACEMENTOS JAN-MAR 2018	DESEMPENHO 2017/18 (%)	PARTICIPAÇÃO 1º TRI (%)	VARIAÇÃO 2017/18 (ponto porcentual)
1ª GM/Chevrolet	91.864	12,21	17,39	-0,38
2ª Volkswagen	77.477	31,71	14,67	1,90
3ª Fiat	64.040	2,46	12,12	-1,45
4ª Ford	49.723	17,16	9,41	0,20
5ª Hyundai	46.451	8,40	8,79	-0,51
6ª Toyota	42.912	5,61	8,12	-0,70
7ª Renault	39.643	26,84	7,50	0,72
8ª Honda	33.405	10,92	6,32	-0,21
9ª Nissan	24.304	26,92	4,60	0,44
10ª Jeep	21.954	13,66	4,16	-0,04

VW investe R\$ 20 milhões em nova área para mistura de tintas

09/04/2018 – Fonte: Automotive Business



Unidade em fábrica paulista prepara as tintas para o processo produtivo

A fábrica Anchieta da Volkswagen, localizada em São Bernardo do Campo, São Paulo, acaba de ganhar uma nova área dedicada à mistura de tintas que prepara o composto para o processo produtivo. O novo espaço possui 1,6 mil metros quadrados e recebeu investimento de R\$ 20 milhões para sua criação, estrutura e equipamentos. A nova área possibilitará à empresa oferecer toda a gama de cores requeridas pelos clientes.

“A sala de mistura de tintas tem o que há de mais moderno em equipamentos e foi projetada com auxílio do software GaBi, que dimensiona os processos industriais mais ecológicos. E desta vez, ampliamos o uso dessa simulação virtual de forma inédita: também para definir o local onde a sala seria construída, levando em conta aspectos ambientais”, afirmou o diretor de engenharia de manufatura da Volkswagen do Brasil, Celso Placeres.

O projeto da nova sala faz parte do programa global da montadora Think Blue. Factory, que estabelece que todas as unidades produtivas da empresa no mundo melhorem seus indicadores ambientais.

A definição do local onde a unidade seria construída foi feita por meio de um software de análise do ciclo de vida no processo industrial, que calcula os potenciais de impacto ambiental da atividade operacional, como o consumo de recursos naturais e emissões relativas a gases de efeito estufa, chuva ácida, além de outras emissões geradas por demais processos agregados.

Com isso, o software mostra qual seria o processo industrial mais adequado em termos ambientais, o que permitiu trabalhar de forma preventiva, evitando e minimizando os impactos ao ambiente.

O local é equipado com diferentes processos, como o sistema de tratamento de ar, inédito nas fábricas da Volkswagen na América do Sul, que troca todo o ar da sala a

cada três minutos. Dentro da sala, o ar já é livre de impurezas, para manter a qualidade das tintas.

O local também possui bacia de contenção aérea a distância, desenvolvida pela engenharia de manufatura da empresa no Brasil: caso ocorra um vazamento de tinta, o produto fica retido nesse reservatório, em um local abaixo do nível da sala, dessa forma, não afeta o solo e nem as tubulações da fábrica. Também há um controle de umidade e temperatura, feito com gás ecológico (R410), além de iluminação em LED e motores de alto rendimento que permitem economizar energia elétrica.

Para manter a qualidade e segurança de acesso, as entradas são controladas por meio de coletores eletrônicos de identificação, de forma que só pessoas autorizadas conseguem entrar.

Ainda sobre segurança, os ambientes são monitorados por detectores de temperatura de alta precisão e softwares desenvolvidos e homologados fora do Brasil. Em caso de foco de incêndio, o sistema inteligente libera espuma biodegradável que invade o ambiente, combatendo o fogo sem poluir e nem deixar resíduos.

“Os sensores também conseguem detectar um possível vazamento. Se isso ocorrer, o sistema inteligente já aciona por meio de alarme a unidade do Corpo de Bombeiros localizada dentro da fábrica Anchieta.

Se for preciso, o próprio sistema desliga automaticamente o processo de bombeamento de tinta para as cabines de pintura”, explica o responsável pela área de prevenção contra incêndios da fábrica Anchieta, Alencar Frizzas.

Rota 2030 volta à pauta das discussões em Brasília

09/04/2018 – Fonte: Automotive Business

Fórum da Indústria Automobilística debaterá os possíveis rumos da nova política industrial

Voltam à tona, novamente, as negociações para a definição do **Rota 2030**, o programa que deve consolidar uma política industrial de longo prazo para a indústria automobilística no Brasil.

O dia 12 de abril é uma data provável para se bater o martelo em questões pendentes, especialmente no que diz respeito a incentivos para pesquisa e desenvolvimento. Diferentes fontes do setor admitem que a reunião está sendo costurada e agendada: a própria Anfavea, associação das fabricantes, enviou aos presidentes das montadoras um aviso para reserva de data, mas ainda não há confirmações.

Nesta data, pode sair uma versão palatável do Rota 2030, com uma equação tributária capaz de atender os interesses do MDIC e da Fazenda. O pacote seria formulado por meio de medida provisória, ainda que a versão seja razoavelmente desidratada para contornar resistências.

Os organizadores do Fórum da Indústria Automobilística, que ocorrerá no dia 16 de abril, estão atentos ao desenrolar dos acontecimentos em Brasília, de modo a colocar os participantes do evento a par das novidades.

Assim, os pressupostos para a definição de uma necessária política industrial estarão em pauta no programa, que reunirá em debate representantes da consultoria Bright, além do presidente da Anfavea, Antonio Megale, o presidente do Sindipeças, Dan Ioschpe, e consultores especialistas no mercado automotivo da IHS Markit, Jato Dynamics e Carcon Automotive.

Preço médio da gasolina sobe pela 2ª semana seguida e vai a R\$ 4,217, aponta ANP

09/04/2018 – Fonte: G1

Diesel, etanol e gás de cozinha também ficaram mais caros na primeira semana de abril.

Preço médio da gasolina sobe pela 2ª semana seguida e vai a R\$ 4,217, aponta ANP (Foto: Reprodução/TV Integração)

O preço médio do litro de gasolina nos postos do país subiu pela 2ª semana seguida e iniciou o mês de abril a R\$ 4,217, segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Segundo a pesquisa semanal da agência, a gasolina passou de R\$ 4,20 para R\$ 4,217 na semana encerrada no dia 7 de abril, uma alta de 0,4%

Os preços médios do etanol e do diesel também subiram. Veja gráfico abaixo:
Preços dos combustíveis

O valor representa uma média calculada pela ANP, que verifica os preços em 5.804 postos em diversos municípios. Eles, portanto, podem variar de acordo com a cidade.

Diesel, etanol e gás de cozinha

A ANP também pesquisa a variação semanal do preço do diesel, o etanol e o gás de cozinha.

- O diesel teve seu preço médio elevado de R\$ 3,391/litro para R\$ 3,396.
- O etanol subiu de R\$ 3,048 para R\$ 3,055.
- O botijão de 13 kg de gás de cozinha aumentou de R\$ 66,77 para R\$ 67,01.

Reajustes da Petrobras

Na última quinta-feira (4), a Petrobras anunciou redução de 4,4% no preço do gás de cozinha embalado em botijões de até 13 kg. O preço para as distribuidoras passou para R\$ 22,13 o botijão, ante R\$ 23,16 em 19 de janeiro. O repasse do preço ao consumidor final dependerá da decisão das distribuidoras.

Na sexta-feira, a Petrobras anunciou aumento de 0,91% o preço do diesel e em 0,15% o valor da gasolina comercializados nas refinarias. Os reajustes valem a partir de amanhã, sexta-feira (6).

A Petrobras adota novo formato na política de ajuste de preços desde 3 de julho do ano passado. Pela nova metodologia, os reajustes acontecem com maior frequência, inclusive diariamente.

Desde o início da nova metodologia, em julho do ano passado, o preço da gasolina comercializada nas refinarias acumula alta de 25,43% e, o do diesel, valorização de 26,81%, segundo o Valor Online.